



A Expansão Internacional da China Através da Compra de Terras no Brasil e no Mundo*

The China International Expansion Through Acquisition of Lands in Brazil and in the World

PAULO NAKATANI**

ROGÉRIO NAQUES FALEIROS***

NEIDE CÉSAR VARGAS****

PAULA CRISTINA NABUCO FELIPE*****

HELDER GOMES*****

RAFAEL VENTURINI TRINDADE*****



RESUMO – Grande parte das abordagens acerca da China trata de maneira insuficiente as suas estratégias internas de desenvolvimento, apenas conferindo a este país diferentes papéis no âmbito do capitalismo mundial. Este artigo busca identificar uma estratégia específica da China, a aquisição de terras pelo mundo, refletindo acerca dos possíveis motivos internos para essa atuação, bem como a abrangência deste fenômeno no plano mundial e, de maneira ilustrativa, considerando alguns impactos dessa ação sobre o Brasil.

Palavras-chave – Desenvolvimento Chinês. Aquisição de Terras no Mundo. Aquisição de Terras no Brasil.

ABSTRACT – Most of China's recent approaches have been focusing on its different roles within world capitalism. Internal strategies of development have been insufficiently treated. This article aims to identify a specific Chinese strategy, land acquisition around the world, reflecting on the possible internal reasons for this action, the international scope of this phenomenon and considering, in an illustrative way, some impacts of this action on Brazil.

Keywords – Chinese Development. Land Purchase Around the World. Land Purchase in Brazil.

* Este artigo sistematiza algumas discussões ocorridas no âmbito do projeto de pesquisa "E7 - Projeto de Estudos Críticos da Política de Desenvolvimento: Brasil", desenvolvido pelos autores no Departamento de Economia UFES.

** Professor do Departamento de Economia da UFES e do Programa de Pós-Graduação em Política Social CCJE/Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória/ES – Brasil. *E-mail:* pnakatani@uol.com.br

*** Professor do Departamento de Economia da UFES e do Programa de Pós-Graduação em Política Social CCJE/UFES. *E-mail:* naques@gmail.com

**** Professora do Departamento de Economia da UFES. *E-mail:* neide.vargas@uol.com.br

***** Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social CCJE/UFES. Bolsista PNPd institucional/Capes. *E-mail:* pnapuco@bol.com.br

***** Professor do Departamento de Economia da UFES e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Política Social CCJE/UFES. *E-mail:* helgomes@uol.com.br

***** Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Política Social CCJE/UFES. *E-mail:* rafaelventurini.t@gmail.com

Submetido em: março/2010. Aprovado em: junho/2010.

Em função das formas de produção e do padrão de consumo praticados atualmente no mundo, as terras agricultáveis, ou com potencial futuro para a agricultura, ao lado de regiões estratégicas do ponto de vista da aquisição de recursos minerais e hídricos essenciais para a produção capitalista e para a reprodução da vida humana, serão cada vez mais escassos no futuro. Isso, aliado à recente ofensiva do capital financeiro travestida de Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) no setor primário de países periféricos, indica uma corrida de alguns países – centrais e periféricos –, empresas agrícolas e fundos de capital, por terras ao redor do mundo, sendo a América Latina, a África e a Austrália os principais alvos dessa ofensiva. A China representa o mais importante e pouco explicado componente desse intrincado processo.

Este artigo procura problematizar a aquisição de terras pela China, em âmbito mundial, iniciando pela consideração de alguns possíveis motivos internos desencadeadores dessa atuação, sob a hipótese geral de que este país tem por base um claro planejamento econômico de longo prazo, cabendo desvendar os elementos que compõe a sua estratégia de desenvolvimento. Posteriormente, o artigo detalha o que existe de informação acerca da compra de terras no mundo e as associações cruzadas que se podem deduzir daí, destacando o relevante papel da China. De maneira específica, busca discutir os impactos no Brasil no que tange ao perfil das aquisições estrangeiras recentes e as transformações legais daí derivadas. Por fim, apresenta algumas considerações finais e questões preliminares para uma agenda de pesquisa mais abrangente acerca do desenvolvimento de longo prazo da China.

O crescimento chinês e as necessidades de aquisição de terras no exterior

Entre 1980 e 2010, segundo os dados do Banco Mundial¹, a média do crescimento anual da economia mundial foi de 2,82%. Nesse período, o Brasil cresceu em média 2,81% e a China 10,02%, ao ano. Isso significa que o Brasil e o mundo precisariam de mais ou menos trinta e cinco anos para duplicar o PIB, enquanto a China o duplicou a cada dez anos. Esse desempenho espetacular não seria relevante se a China não fosse o país com a maior população mundial (1,3 bilhão em 2010) e com uma área (9,6 milhões de km²) que a coloca como o terceiro maior país do mundo, e se ela não fosse, também, uma nação muito pobre no passado, cujo PIB per capita não chegava a US\$ 200,00 em 1980, enquanto o mesmo indicador brasileiro era de US\$ 3.500,00 para o mesmo ano². Além de tudo, trata-se de um país com cerca de quatro mil anos de história registrada³, que fez uma revolução socialista em 1949 e defende que o atual estágio de desenvolvimento resulta do “socialismo com características chinesas”.

No final dos anos 1980, Deng Xiaoping (1987) dizia que:

On the whole, our goals are not too ambitious. We give ourselves 20 years -- that is, from 1981 to the end of the century -- to quadruple our GNP and achieve comparative prosperity, with an annual per capita GNP of US\$800 to \$1,000⁴. Then we shall take that figure as a new starting point and try to quadruple it again, so as to reach a per capita GNP of \$4,000 in another 50 years. What does this mean? It means that by the middle of the next century we hope to reach the level of the moderately developed countries. If we can achieve this goal, first, we shall have accomplished a tremendous task; second, we shall have made a real contribution to mankind; and third, we shall have demonstrated more convincingly the superiority of the socialist system. As our principle of distribution is a socialist one, our per capita GNP of \$4,000 will be different from the equivalent amount in the capitalist countries. For one thing, China has a huge population. If we assume that by the mid-21st century our population will have reached 1.5 billion and that we shall have a per capita GNP of \$4,000, then our total annual GNP will be \$6 trillion, and that will place China in the front ranks of nations. When we reach that goal, we shall not only have blazed a new path for

the peoples of the Third World, who represent three quarters of the world's population, but also -- and this is even more important -- we shall have demonstrated to mankind that socialism is the only path and that it is superior to capitalism.

O primeiro objetivo, qual seja, o de quadruplicar a renda per capita, foi atingido, e caso a China consiga manter o crescimento médio das últimas décadas, o segundo objetivo, de quadruplicar novamente a renda per capita, poderia ser atingido trinta anos antes do previsto por Deng Xiaoping, pois no final de 2010 a renda per capita já havia sido mais do que duplicada, podendo quadruplicar em 2020. Fica ainda em aberto qual será o nível atingido pela renda per capita em 2050.

A China se coloca hoje como um a economia emergente a desafiar os limites impostos pelas nações capitalistas desenvolvidas. Chamam a atenção, em especial, os seus esforços para garantir elevadas taxas de crescimento econômico a partir da difusão endógena de processos de inovação em atividades urbanas e rurais e pela incorporação de um volume cada vez maior de chineses a um padrão de consumo semelhante ao das camadas médias residentes nos países mais avançados industrialmente.

Adicionalmente, o volume gigantesco de reservas internacionais que vem acumulando, fruto de sua estratégia exportadora e de integração econômica, colocam a economia chinesa como uma poderosa alavanca para investimentos diversificados em várias regiões do mundo. Do ponto de vista interno, possibilitam a constituição de um Fundo Soberano e a manutenção de linhas de financiamento a partir do maior banco de desenvolvimento estatal em atuação, alimentando poderosamente suas perspectivas de converter-se em uma grande potencia.

Assim, os resultados apresentados pela China nas últimas décadas geraram grandes e complexas polêmicas e disputas teóricas sem nenhum consenso e nem resultados definitivos, tanto no plano da economia quanto da política. A discussão sobre a natureza capitalista ou socialista da sociedade chinesa após as reformas com a abertura econômica e a “reintrodução” do mercado aguçaram as discussões a respeito do papel e da sua importância na economia e na própria determinação dos destinos da China⁵. Da mesma forma, coloca-se na mesa, hoje, o debate sobre a posição da China no contexto internacional, como, por exemplo, a visão de que este é o século no qual a China assumirá a posição de nação hegemônica no plano mundial em substituição aos EUA⁶.

Outra interpretação corrente do processo de expansão da economia chinesa coloca a demanda externa como o centro de seu crescimento⁷. Uma rápida olhada no balanço de pagamentos é suficiente para observar o acelerado crescimento das exportações, que passou de 10,65% do PIB, em 1980, para 23,33%, em 2000, atingindo o máximo de 39,13%, em 2006, recuando para 29,57%, em 2010. Após as reformas, de 1994 e até 2010, o saldo da balança comercial acumulou um total de US\$ 1.776,97 bilhões e o saldo do balanço de pagamentos em conta corrente, US\$ 1.992,88 bilhões. Assim, a China financiou o resto do mundo, em particular os EUA, com remessa de poupança externa durante vários anos. Um dos resultados mais espetaculares desse processo aparece no saldo acumulado das reservas internacionais que atingiu um total de US\$ 2.913,71 bilhões em dezembro de 2010. Segundo a imprensa, as reservas internacionais da China teriam superado os três trilhões de dólares no início de 2012.

Essa discussão mais geral e abstrata também não esgota os grandes temas. Independentemente das soluções colocadas pelas diferentes posições que se apresentam no debate, o espetacular desempenho da economia chinesa, em termos do crescimento da renda per capita, não ocorreu sem o aprofundamento das contradições anteriores ou o desenrolar de novas contradições. Para além das visões prevalentes, discutir a China significa procurar desvendar a sua estratégia de desenvolvimento para uma população que, atualmente, representa mais de 20% da mundial. Uma política que, segundo Deng Xiaoping (1987), pretendia erradicar a pobreza e demonstrar “para a humanidade que o socialismo é o único caminho e que é superior ao capitalismo”.

Desde o final da década de 1970, o governo chinês adotou a política de filho único como forma de conter o crescimento da população do país. Segundo essa política, cada casal, nos centros urbanos, só poderia ter um filho e, no campo, a regra poderia ser modificada se o primeiro filho do casal fosse do sexo feminino. Cerca de 30 anos depois o governo central chinês fez um balanço positivo da política. Do ponto de vista da Comissão Central de População e Planejamento Familiar do país essa política evitou que cerca de 400 milhões de nascimentos ocorressem no período em consideração.

Desde a adoção dessa política uma das principais preocupações do governo chinês, ainda que inúmeros desdobramentos do crescimento populacional pudessem ser listados, diz respeito à capacidade de fornecimento de alimentos do país e às perspectivas de ampliação desta oferta. Ao longo dos anos a população chinesa manteve uma taxa natural de crescimento decrescente, com um crescimento absoluto da população total de mais de 30%, como mostra a Tabela 1.

A Tabela 1 demonstra também a evolução da distribuição da população entre campo e cidade e como essa proporção mudou significativamente a partir da adoção da política de reforma e abertura. Isso representou uma ampliação da demanda por alimentos e outros recursos nas cidades chinesas e a redução da força de trabalho no setor primário do país. A China enfrenta inúmeras dificuldades naturais e climáticas para assegurar uma oferta adequada de alimentos à sua população. A perspectiva de ampliação da área cultivada é praticamente nula há alguns séculos, tanto por conta de suas condições geográficas quanto por sua antiga ocupação territorial e expansão da fronteira agrícola, assim como a sua vasta população. Assim, o processo recente de aquisição de terras em outros países é uma peça importante desse quebra cabeças, estando associado de maneira intrínseca à sua dinâmica populacional, às suas transformações e aos impactos que estes fenômenos geram sobre as necessidades de provisão do país.

Tabela 1: Composição da população Rural e Urbana na China (1.000hab.)

Ano	População Total	% Rural	% Urbana
1980	987.050	80,61	19,39
1985	1.058.510	76,29	23,71
1991	1.158.230	73,06	26,94
1995	1.211.210	70,96	29,04
2000	1.267.430	63,78	36,22
2005	1.307.560	57,01	42,99
2010	1.330.141	50,03	49,07

Fonte: China Statistical Yearbook, 2009. Dados de 2010 - Censo Populacional do mesmo ano.

A despeito dos esforços feitos para tornar áreas antes inúteis para o plantio em áreas semeadas, a expansão da área total cultivada na China nos últimos 30 anos, desde a reforma e abertura, foi de menos de 8%, uma taxa bastante baixa considerando o crescimento da população do país. No caso do arroz, base da alimentação da maioria da população, bem como do trigo, a área cultivada decresceu, apenas o milho mostrou uma expansão significativa (Tabela 2).

Em termos gerais, a tentativa de expansão da fronteira agrícola na China tende a resultar na troca de culturas, dependendo das mudanças nas condições de plantio ou dos preços, quando é o caso. O mais comum é que haja este remanejamento do solo utilizado entre as diversas culturas e não uma expansão. Por outro lado, o país conseguiu aumentar a produtividade no campo, tanto com novos tipos de sementes (híbridas e transgênicas), quanto com a ampliação do uso de fertilizantes (que cresceu 592% de 1978 a 2008) e melhoria das técnicas aplicadas à agricultura de um modo geral.

Tabela 2: Área cultivada com cereais na China (1.000 ha)

Ano	Área Cultivada	Cereais	Arroz	Trigo	Milho
1980	146.380	nd.	33.878	28.844	20.087
1985	143.626	nd.	32.070	29.218	17.694
1991	149.586	94.073	32.590	30.948	21.574
1995	149.879	89.310	30.744	28.860	22.776
2000	156.300	85.264	29.962	26.653	23.056
2005	155.488	81.874	28.847	22.793	26.358
2008	156.266	86.248	29.241	23.617	29.864
2009	158.639	88.401	29.627	24.291	31.183

Fonte: China Statistical Yearbook, 2009.

Assim, a despeito da pequena expansão da área total cultivada e da redução da área de algumas culturas, como demonstrado na Tabela 2, a produção global dos cereais cresceu significativamente no período, como podemos observar na Tabela 3. A expansão da produção total de grãos foi de 65,5%, o crescimento, no caso do arroz, foi de 39,5%, do trigo foi de quase 110% e, do milho, de 161,9%, evidenciando grande aumento da produtividade em todos os casos. Entretanto, considerando o crescimento populacional, e observando que, segundo o Departamento Nacional de Estatísticas, mais de 200 milhões de chineses saíram da pobreza extrema nesse período, o país ainda precisa importar tanto grãos quanto outros alimentos para atender o déficit remanescente no consumo de parte da população chinesa.

Tabela 3: Produção de grãos e alguns cereais na China (mil ton.)

Ano	Grãos	Cereais	Arroz	Trigo	Milho
1980	320.555	n.d.	139.905	55.205	62.600
1985	379.108	n.d.	168.569	85.805	63.826
1991	435.529	395.663	183.813	95.953	98.773
1995	466.618	416.116	185.226	102.207	111.986
2000	462.175	405.224	187.908	99.636	106.000
2005	484.022	427.760	180.588	97.445	139.365
2008	528.709	478.474	191.896	112.464	165.914
2009	530.821	481.563	195.103	115.115	163.974

Fonte: China Statistical Yearbook, 2009.

Além das questões de Segurança Alimentar a China se depara com uma demanda crescente por matérias primas, consequência do seu elevado ritmo de crescimento combinado com uma taxa de urbanização também crescente. Apenas para citar alguns exemplos, o país asiático é hoje o maior consumidor mundial de cimento, maior consumidor e comprador de minério de ferro do mundo e tem adotado diversas políticas para reduzir sua dependência dos fornecedores, a despeito do contínuo crescimento de seu consumo. Deve-se destacar que este país não conta com reservas de minério de ferro que possam suprir sua crescente demanda por esse produto, tornando-o cada vez mais dependente dos países e/ou empresas fornecedoras.

As medidas adotadas para atender a demanda interna por recursos naturais são variadas, mas as aquisições de terras e de empresas no exterior são um importante indicador da necessidade dos chineses por tais recursos e de sua estratégia de garantia de autonomia no abastecimento interno de matérias primas e da soberania alimentar. Ademais, os potenciais problemas de fornecimento gerados por

mudanças políticas nos países fornecedores ou de suas relações com a própria China também contribuem para a expansão da própria cadeia produtiva de empresas chinesas em alguns setores e países.

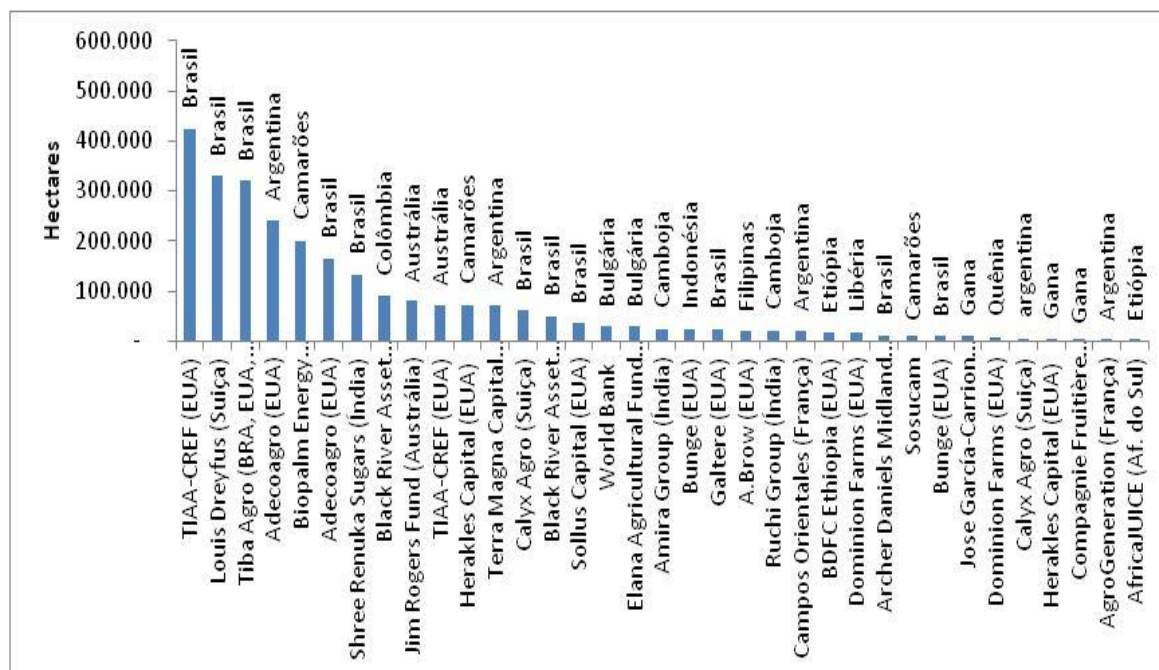
As compras de terras pela China e por outros países no mundo

É difícil rastrear a origem exata das aquisições de terra em âmbito mundial, uma vez que, por mais que se registre o país-sede da inversão, é frequente tratar-se de um emaranhado de investidores internacionais. É o caso, por exemplo, do Fundo Black River, um fundo de cobertura de propriedade da americana Cargill Agroindústria que, a partir da China, adquiriu noventa mil hectares na Colômbia para a produção de cereais⁸.

Em certa medida, a China tem se constituído como uma plataforma de aquisição de terras pelo mundo, a partir da qual operam capitais de diversos fundos e empresas internacionais, tais como a BioPalm Energy (Cingapura), AmirgaGroup (Índia), Adeagro (EUA), Bunge (EUA), LDC - Louis Dreifus Commodities (com sede na Suíça), TIAA-CREF (fundo de pensão norte-americano), Brow Cia. (Filipinas), Tiba Agro (Brasil, Europa e EUA), Terra Magna Capital (fundo sediado em Luxemburgo), etc. Possivelmente, a montagem e o funcionamento dessa plataforma deve estar ligada a algum tipo de benefício e facilidade para a entrada e saída de IED na China, bem como ao apoio de bancos de desenvolvimento e políticas de setores governamentais responsáveis pelo gerenciamento de terras nos países vendedores.

Evidentemente, as compras também podem estar partindo de filiais dessas empresas transnacionais sediadas na China ou de instituições que pouco ou nada tem a ver com a atividade agrícola, como gigantescos fundos de pensão de vários países⁹. Ademais, há que se considerar a possibilidade de efetivar a compra de terras via China como forma de entrada de capitais nos mercados financeiros locais. No Gráfico 1 figuram os investidores (fundos e empresas agrícolas transnacionais) que, segundo dados da GRAIN, efetivaram compra de terras a partir da China, bem como o país-destino destes investimentos. Segundo esses dados, os investidores listados adquiriram 2,6 milhões de hectares de terra ao redor do mundo, grande parte no Brasil. Essa quantidade de terras corresponde a 74% das compras efetivadas a partir da China, sendo os 26% restantes adquiridos por empresas e fundos deste país, como também pelo próprio governo¹⁰.

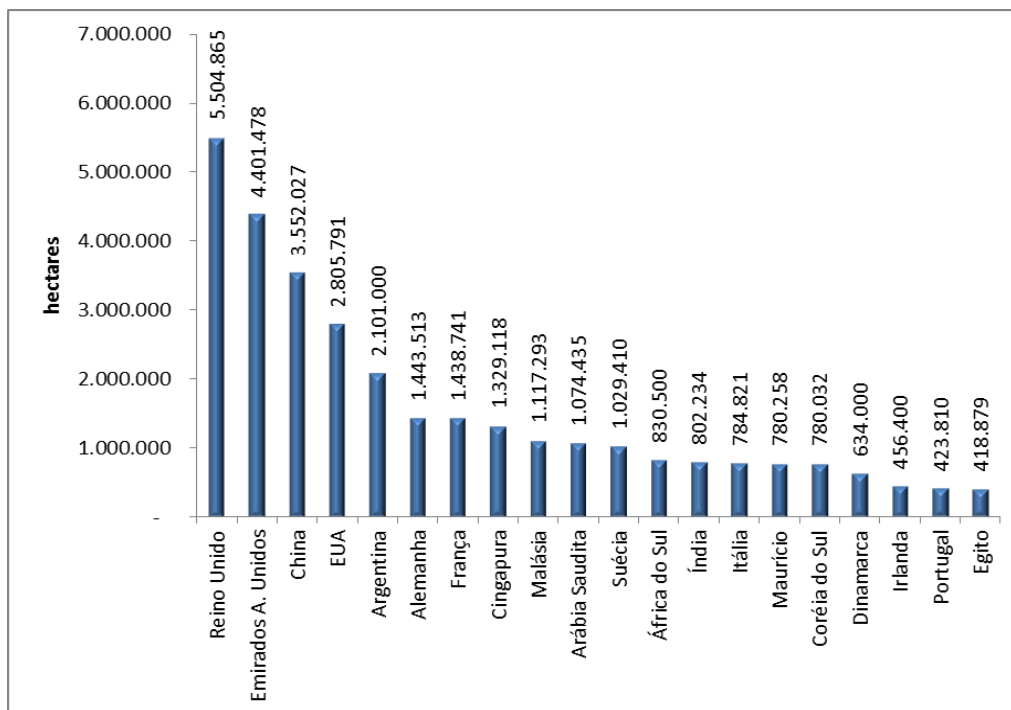
Gráfico 1 - Fundos e Empresas Internacionais que compraram terras a partir da China



Fonte: GRAIN, 2012.

Outros países também exercem essa função de plataforma internacional de investimentos na aquisição de terras, tais como o Reino Unido, Emirados Árabes Unidos, EUA e, em menor medida, a Alemanha. O Quifel Group, com sede em Portugal, adquiriu cento e vinte e seis mil hectares em Serra Leoa, efetivando a compra a partir do Reino Unido, assim como o Al-Falah Group, de Bangladesh, que via Reino Unido adquiriu trinta mil hectares na Tanzânia. Dos Emirados Árabes Unidos partiram compras da Afriagro (Portugal), Betexco (Nigéria) e HassadFood (Catar), adquirindo terras em Angola, Benin e Austrália, respectivamente. A Olam International, empresa indiana não residente sediada em Cingapura, a partir dos EUA efetivou compras de terras no Gabão e na Argentina¹¹. A partir da Alemanha, a Al-Khorayef, grupo saudita, adquiriu duzentos mil hectares na Argentina. Destacam-se no Gráfico 2 os principais países-sede das negociações de terras ocorridas em escala global entre 2006 e janeiro de 2012. A GRAIN elaborou uma listagem das compras de terras que a) se iniciaram depois de 2006; b) que não foram canceladas; c) envolveram vastas áreas de terra; d) feitas por investidores estrangeiros; e) destinadas para produção de alimentos.

Gráfico 2 – 20 maiores Países-sede das operações de compra (hectares)



Fonte: GRAIN 2012.

Tendo em conta que esse processo se intensificou a partir da crise de 2008, os dados sugerem, numa abordagem mais imediata, uma ofensiva do capital financeiro internacional no que se refere à aquisição de terras pelo mundo. Em um cenário de grandes incertezas em relação às aplicações financeiras em carteira e mesmo em títulos da dívida de alguns países – veja-se o caso de países europeus ou mesmo o norte americano – as terras, sejam elas agricultáveis ou não, têm sido consideradas como um ativo seguro e cada vez mais valorizado bem como uma relevante alternativa para as aplicações financeiras.

Não obstante, a ofensiva sobre as terras não é conduzida unicamente pelos fundos privados internacionais, mas também por: i) fundos soberanos e conglomerados industriais de natureza estatal; ii) pela atuação mais que direta de Estados, com vistas a alguma destinação às cada vez mais elevadas reservas cambiais; iii) pelo capital privado prioritariamente nacional via estabelecimento de *joint ventures* com empresas localizadas em regiões estratégicas do ponto de vista do acesso a alimentos e recursos minerais. Com respeito à China, para além da atuação dos fundos e empresas acima citadas, parece ser essa tríade o que orienta o aumento da aquisição de terras na África subsaariana, na América Latina e na Austrália. Tal é a natureza dos investimentos feitos por grupos como a Shanghai Pengxin Group Co. Ltd.¹² e pela COMPLANT¹³.

Recentemente a Shanghai Pengxin Group anunciou a compra de terras no Brasil¹⁴, na Bolívia (via Argentina) e na Nova Zelândia (via Índia) e a COMPLANT adquiriu terras na Jamaica (via Argentina), em Madagascar (via EUA), em Serra Leoa (via Portugal) e em Benin (via Arábia Saudita). Nessas operações, há clara preponderância de capital chinês (privado e público, respectivamente), numa estratégia explícita, principalmente por parte da COMPLANT, de garantir a China fontes estratégicas para o abastecimento de gêneros alimentícios e recursos minerais. Exemplo disso é a atuação da Hua Lien International, subsidiária da COMPLANT, que anunciou planos para estabelecer uma empresa conjunta com o China-Africa Development Fund (fundo de cinco bilhões de dólares) para estabelecer projetos de etanol em vários países africanos a partir de Benin. A Hua Lien International também se ocupará de numerosos e recentes projetos da COMPLANT para a produção de cana-de-açúcar e mandioca, bem como de participação na SUCOMA, usina de açúcar estabelecida em Madagascar que controla mais de cem mil hectares de terra neste país, segundo informações da GRAIN.

Na mesma fonte tem-se o exemplo da Beidahuang, maior companhia agrícola e estatal chinesa com atuação no exterior, que administra mais de dois milhões de hectares de terras agricultáveis na província de Heilongjiang, ao noroeste de Pequim. Desde 2008 essa companhia está expandindo suas operações agrícolas, em 2010 durante uma visita à China, o governador da Província de Rio Negro, Argentina, firmou um acordo comercial de US\$ 1,4 milhão com a Beidahuang, dando a ela o controle exclusivo sobre as provisões de soja, milho e outros cultivos por vinte anos provenientes de uma área de mais de trezentos e vinte mil hectares. Em 2011, a Corte Superior da Província de Rio Negro determinou que o projeto fosse suspenso, porém, a Beidahuang, numa contra ofensiva rápida, firmou um acordo com a Cresud, principal firma agrícola argentina, para colaboração na aquisição de terra agrícola voltada à produção de soja nas Filipinas e na Austrália (GRAIN, 2012).

A África tem sido um dos principais destinos das inversões chinesas. Aliás, a presença chinesa no continente africano não é um fenômeno recente, tendo raízes nos séculos XIV e XV, mas se intensificou consideravelmente a partir do período pós-revolucionário e após a Conferência de Bandung¹⁵, grupo de países não aliados ao primeiro e segundo mundos no contexto da Guerra-Fria. Entretanto, do ponto de vista estritamente econômico, verifica-se na última década um aumento considerável dos fluxos de investimentos chineses na África: “se até 2005 a China não investiu mais do que US\$ 500 milhões em todo o continente africano, em 2008 os fluxos de investimentos chineses se situaram acima dos US\$ 5 bilhões” (CARMODY & OWUSU, 2011, 243). Em sentido inverso, a China é o hoje o segundo maior importador de produtos africanos, sendo superada apenas pelos EUA: em 2000 as exportações africanas para a China alcançavam US\$ 4,8 bilhões e em 2008 alcançaram US\$ 51,4 bilhões.

A demanda chinesa por recursos naturais africanos é crescente: o consumo de cobre cresce 17% ao ano, o de zinco 15% ao ano e o de níquel 20% ao ano. Ao mesmo tempo, na medida em que a urbanização se acelera e a industrialização se aprofunda na China, torna-se premente a necessidade de elevar a importação de alimentos. Com vistas a garantir áreas estratégicas para a manutenção de sua população e economia, os chineses têm procurado estreitar laços com as regiões que possuem esses recursos em abundância. Assim, não se trata apenas de adquirir imensas extensões de terras, ter acesso a jazidas de minério ou mesmo acesso aos campos de petróleo, mas de estabelecer “parcerias” na construção da infraestrutura necessária à exploração desses recursos.

Em 2010, a Wuhan Iron Steel Group, terceira maior produtora de aço da China, conseguiu aprovação governamental para dois acordos de aquisição na África. A Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, órgão de planejamento econômico da China, concedeu permissão ao plano da Wuhan Steel de adquirir a reserva de minério de ferro Solana em Madagascar, junto com outras duas companhias. A grande siderúrgica chinesa também planejava comprar 60% das ações da China Union Investment Co., que possui uma reserva de minério de ferro no centro da Libéria. Apenas essas duas aquisições contribuíram com um total de dois bilhões de toneladas de reservas de minério de ferro, o que reduziu a dependência da empresa por importações. Segundo fontes da própria companhia, citadas pela Agência de Notícias Xinhua, o objetivo da empresa chinesa era tornar-se autossuficiente no suprimento de minério de ferro em, no máximo, cinco anos. Assim como diversas outras grandes siderúrgicas chinesas o objetivo é quebrar o “monopólio” (nos termos usados pelos dirigentes da Wuhhan Iron Steel) das três grandes companhias globais do setor, a Rio Tinto, BHP Billiton e a Vale do Rio Doce.

Têm-se constituído redes verticalmente integradas para possibilitar que matérias-primas sejam direcionadas ao mercado chinês, viabilizadas pela construção de ferrovias, rodovias, estrutura de armazenamento, transferência tecnológica mínima e o estabelecimento de algumas empresas de bens de consumo duráveis e não duráveis no continente africano, aproximando essas economias da dinâmica chinesa. Na África, a estratégia passa ainda por questões geopolíticas, deslocando-se o eixo de poder no continente visando reduzir a presença americana e europeia na região e o correlato acesso aos recursos naturais¹⁶.

Voltando ao Gráfico 02, poder-se-ia pensar que a China ocupa “apenas” a terceira posição como maior comprador de terras em escala mundial, sendo superada pelo Reino Unido e pelos Emirados

Árabes Unidos. Entretanto, a partir dos dados da GRAIN, pode-se observar o fato de que empresas, fundos e o próprio governo chinês estão adquirindo terras utilizando-se de outros países como sede do investimento. Isso se deve, inferimos, a inúmeros fatores:

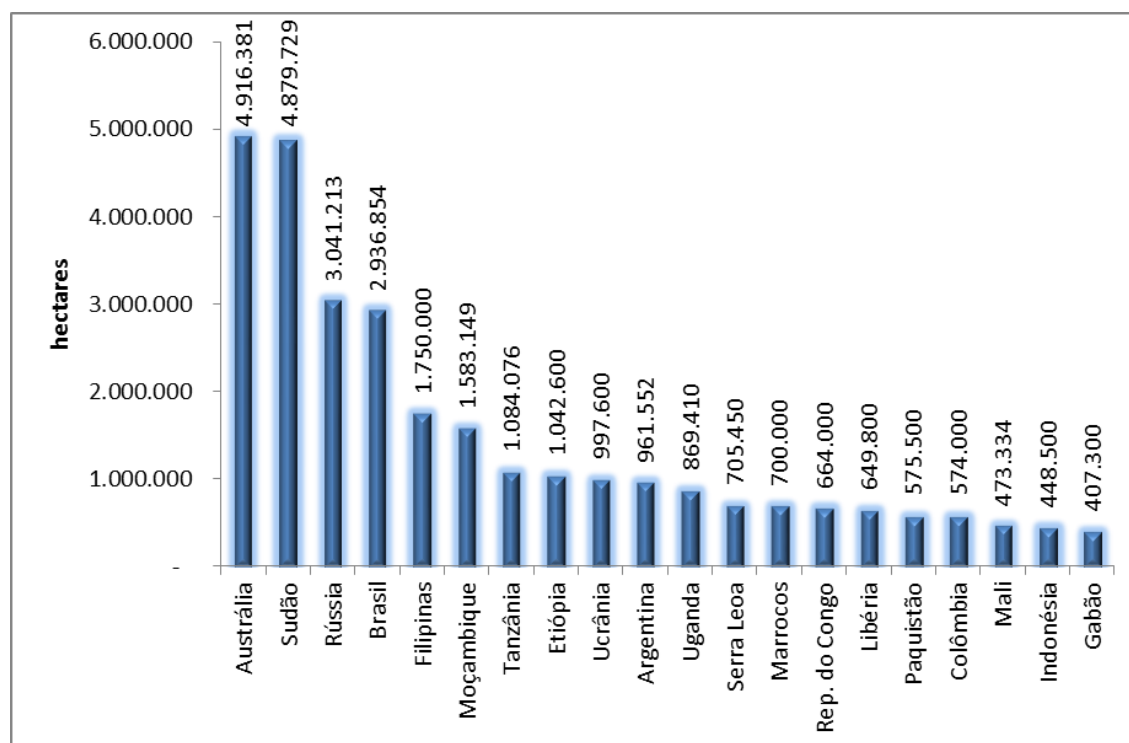
- i) filiais chinesas espalhadas pelo mundo estão adquirindo terras em países vizinhos, por questões logísticas e de especialização em determinado ramo de atividade;
- ii) bancos de desenvolvimento locais facilitam a compra via filiais, visando a atração de IED;
- iii) valendo-se de blocos regionais os chineses buscam encontrar maiores facilidades, vide o caso do Mercosul, no qual investimentos chineses na compra de terras no Brasil partem da Argentina;
- iv) Fundos e Companhias chinesas visam “driblar” algumas modalidades de protecionismo “anti-China” entrando nos diferentes países por outras plataformas de investimento.

O fato é que, como vimos acima, partiram da China compras que totalizaram aproximadamente 3,5 milhões de hectares. Essa área, somada a quantidade de terras adquiridas pelos chineses a partir de outros países – mais 3,5 milhões de hectares adquiridos via Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Cingapura, Japão, Índia, Malásia, EUA, Portugal, França, Reino Unido, Suécia e França em diferentes regiões do globo – coloca a China na posição de maior comprador de terras em escala mundial. Além do governo central chinês, as principais empresas e fundos envolvidos nessas compras indiretas são em grande parte chinesas¹⁷.

Dentre os diferentes países através dos quais o capital chinês tem atuado na compra de terras, a Argentina merece destaque, ocupando uma posição, ao mesmo tempo, de uma das principais vendedoras e compradoras de terras. Partiram desse país investimentos para a aquisição de 2,1 milhões de hectares (quinto maior comprador de terras), ao passo que foram comprados em território argentino 961.552 hectares (décimo maior vendedor de terras). Em todas as operações de aquisição de terras via Argentina os efetivos compradores eram chineses, destacando-se as compras realizadas pelo governo e/ou por empresas que possuem algum tipo de articulação com o governo, tais como a Chongqing Grain Group e a Tianjin StateFarms. Por outro lado, as compras de terras na Argentina foram feitas por grupos brasileiros (Blairo Maggi), americanos, indianos, britânicos e chineses. Efetivamente a Argentina é hoje o principal parceiro comercial chinês no que se refere à aquisição de terras pelo mundo, uma espécie de intermediário através do qual as transações são realizadas.

Olhando o fenômeno pela perspectiva dos principais países vendedores de terras, percebemos que Austrália, Sudão, Rússia, Brasil, Filipinas e Moçambique são os principais alvos da ofensiva recente sobre as terras e recursos, demonstrando a diversificação de aplicações nestes ativos para além da África e da América Latina. A Austrália, país onde 12% das terras agrícolas encontram-se sob a propriedade estrangeira, tem recebido grandes investimentos da própria China, de fundos americanos (TIAA-CREF, Black River Assets Management), dos Emirados Árabes Unidos¹⁸ e vários outros países. O Gráfico 3 apresenta os maiores vendedores recentes de terras segundo os dados da GRAIN (2012).

Gráfico 3 – Vinte Maiores vendedores de terras em hectares



Fonte: GRAIN, 2012

Uma melhor percepção do que esses investimentos representam em cada um desses países exige que façamos um cotejamento destes hectares vendidos e comprados com a área agricultável disponível em cada um deles. Por exemplo, foi vendido ou arrendado cerca de 45 milhões de hectares na Austrália, o que equivale, a 12% da terra agrícola (Tabela 4) do país, enquanto no Paraguai foram comprados cerca de oito milhões de hectares que representam 38% da terra agrícola hoje disponível neste país. Se considerarmos apenas a quantidade de hectares transacionados, num primeiro momento, pode-se pensar que a Austrália está sendo mais duramente atingida pela ofensiva contemporânea sobre as terras e recursos naturais, porém, países como a Libéria, Laos e Paraguai encontram-se numa posição muito mais dramática, pois uma parcela muito mais significativa e estratégica de seu território pertence a capitais forâneos, esvaziando os centros internos de decisão desse país. No caso da Argentina, 10% das terras agrícolas do país foram arrendadas ou compradas por investidores estrangeiros para a produção de alimentos e biocombustíveis, o que representa 18 milhões de hectares, segundo Ministério da Agricultura Argentino (GRAIN, 2011b).

Tabela 4 – Área total vendida/arrendada – Países selecionados (1000 Ha.)

Países	Área	% da terra agrícola ¹⁹
Austrália	45.000,0	12
Argentina	18.000,0	10
Paraguai	7.889,1	38

Estados Unidos	6.434,5	2
Sudão do Sul	5.671,0	8
Brasil	4.500,0	2
Indonésia	4.240,0	8
Uruguai	4.000,0	27
Etiópia	3.610,5	10
Moçambique	2.700,0	6
Sudão	2.640,0	5
Tanzania	2.444,0	7
Libéria	1.737,0	67
Bolívia	1.450,0	4
Ucrania	1.045,0	3

Fonte: GRAIN, 2011b.

Vale destacar que os dados da Tabela 4 não representam o total de terras vendidas ou arrendadas para capitais estrangeiros nesses países, seja porque muitas operações não estão registradas ou porque existem operações efetuadas após o fechamento dos dados. A tabela original da Grain (2011b) registra, por exemplo, que os dados de Papua Nova Guiné não estão disponíveis, mas ao mesmo tempo observa que por “vários informes do ano 2011, 5,1 milhões de hectares tem sido arrendados”.

Todo esse avanço dos capitais sobre as terras nas várias regiões do mundo tem suscitado dúvidas, problemas e preocupações com o abastecimento alimentar por todo o mundo. Tendo em vista essas questões, o Comitê de Segurança Alimentar Mundial da FAO aprovou, em 11 de maio, após três anos de debates e consultas em 133 países, um conjunto chamado de “Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável de Posse da Terra, Recursos Pesqueiros e Florestais em um Contexto de Segurança Alimentar Nacional”, que visa a ajudar os governos a protegerem seus recursos naturais (FAO, 2012). Entretanto, como são diretrizes “voluntárias” elas não obrigam os países a não venderem os seus recursos naturais aos grandes capitais, fundos de investimentos, fundos de pensão e fundos soberanos. A proteção aos recursos naturais só poderá ocorrer se as forças políticas e sociais de cada país adotarem essas diretrizes e decidirem soberanamente sobre o uso desses recursos em benefício da sua própria população e não para a rentabilidade dos capitais.

As compras de terras no Brasil

Segundo os dados recentes da GRAIN (2012), foram vendidos recentemente para estrangeiros 2,25 milhões de hectares de terras do Brasil e estão em processo de venda 682 mil hectares. Informações do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) apontaram que, em janeiro de 2011, os estrangeiros detinham cerca de 4,5 milhões de hectares de terras brasileiras, uma área que corresponde a 2% da terra agrícola, 7% da terra arável e 1% da área total do País. Isso é equivalente a todo o território do Estado do Rio Grande do Norte ou a um país do tamanho da Suíça. Porém, o próprio INCRA estima que esse valor possa ser até três vezes maior, devido à possíveis subnotificações²⁰ (AGÊNCIA CÂMARA, 2012a). As terras então registradas situam-se, sobretudo, nos estados do Mato Grosso (que contém aproximadamente 20% do total), São Paulo (12%), Minas Gerais (11%) e Mato Grosso do Sul (11%) (GRAIN, 2011c). O maior número de propriedades, 12.272 imóveis rurais em posse estrangeira, está no estado de São Paulo. Esses dados sobre a posse da terra por estrangeiros devem ser também relativizados em parte pelas propriedades de imigrantes japoneses e italianos que possuem juntos cerca de 30% das propriedades (AGÊNCIA CÂMARA, 2012a).

Não obstante, assim como em diferentes partes do mundo, a ofensiva sobre as terras e recursos brasileiros foi, no período recente, capitaneada pela China. Alguns exemplos ilustram esse movimento. Em 2007, a filial brasileira da empresa chinesa Zhejiang Fu Di adquiriu 16 mil hectares no Estado do

Tocantins, além de outras grandes áreas no sul do País (LANGALLIER, 2011). Em maio de 2010, o Grupo Pallas International (formado por investidores privados, mas com forte presença do governo chinês) assinou com o governo baiano um protocolo de intenções para a aquisição de duzentos a duzentos e cinquenta mil hectares no oeste do estado e na fronteira entre os estados do Maranhão, Piauí e Tocantins²¹, com o objetivo de produzir grãos para exportação, além de atuar no segmento de biocombustíveis em parceria com produtores locais (INÁCIO, 2010). Quase um ano depois, em março de 2011, o governo baiano anunciou outro projeto na mesma região, onde a empresa estatal chinesa Chongqing Grain Group efetuará investimentos no montante de quatro bilhões de reais²² no município de Barreiras, em uma unidade de processamento de soja, uma de produção de fertilizantes e um porto seco. Mesmo tendo voltado atrás, chegou-se a anunciar que a empresa compraria duzentos mil hectares na região (ESTADÃO, 2011).

A estratégia dos chineses em comprar terras para produção de grãos no Brasil não tem sido muito bem sucedida, em particular, após o parecer da AGU (Advocacia Geral da União) de 2010, pelo menos segundo as informações divulgadas. Por essa razão, os investimentos chineses têm sido direcionados para investimentos industriais que permitem uma presença mais ativa no complexo agroindustrial brasileiro como uma forma de garantir um suprimento de grãos necessário para atender à demanda chinesa.

Assim, no Estado de Goiás, onde três quartos da soja exportada em 2010 destinaram-se à China, a empresa paraestatal SanheHopefull se comprometeu a investir, durante dez anos, o equivalente a sete bilhões de reais para desenvolver e modernizar o cultivo da soja goiana e reconverter três milhões de hectares de pastos degradados em terra para soja. Pretendem igualmente intervir na ferrovia Norte-Sul e no Porto de Itaqui, Maranhão, pelos quais seriam escoados os seis milhões de toneladas de soja que seriam compradas dos produtores locais (LANGALLIER, 2011). Em todos esses casos, a estratégia se repete: não se trata unicamente da aquisição de terras em solo estrangeiro, mas da montagem de toda uma infraestrutura necessária para a produção, processamento e exportação.

No Brasil, a questão da venda de terras a estrangeiros está passando por uma nova discussão no Congresso Nacional, que é decorrente em parte dessa conjuntura internacional de expansão internacional dos capitais em busca de terras pelo mundo. Por outra parte, as mudanças na legislação após a Constituição de 1988, deixaram o tema com certo vazio e indefinições. Com o fim da distinção entre capitais nacionais e estrangeiros, decorrente da supressão do artigo 171º da Constituição de 1988, teve-se que recorrer a uma lei de 1971 e a pareceres da Advocacia Geral da União (AGU). Finalmente, essa indefinição ou vazio jurídico fez com que as aquisições de terras por estrangeiros deixassem de ser registradas entre 1998 e 2010, impossibilitando uma avaliação mais precisa sobre esse processo de desnacionalização dos recursos naturais (AGÊNCIA CÂMARA, 2012b) e exigindo uma nova proposição legal.

A aprovação da Emenda Constitucional nº 06, em 1995, revogou o Art. 171 da Constituição Federal de 1988, que distinguia pessoa jurídica de capital nacional da pessoa jurídica controlada pelo capital estrangeiro e favorecia a empresa brasileira de capital nacional em casos de concessão pública de “proteção” e “benefícios temporários” para o desenvolvimento de atividades estratégicas de defesa e desenvolvimento do País. Com a Emenda Constitucional, as empresas controladas por capitais estrangeiros foram então dispensadas da obrigatoriedade de obter autorização junto ao INCRA para a compra de terras. Assim, este Instituto deixou de registrar as compras de terras das empresas brasileiras com maioria de capital estrangeiro efetuadas entre 1998 a 2010. Em 23 de agosto de 2010, a AGU elaborou novo parecer que restabeleceu as exigências da Lei 5709/71, que estipulou controles e limites para a venda de terras aos capitais estrangeiros. Assim, desde então, o governo voltou a exigir que os Cartórios de Registro de Imóveis observem integralmente as regras e os procedimentos disciplinados pela Lei nº 5.709/71.

Na sequência do Parecer da AGU, de 2010, foi criada em junho de 2011 uma Subcomissão de Terras da Câmara dos Deputados – que aprovou em maio de 2012 o texto base para a nova lei de

aquisição estrangeira de terras no País. Dentre as propostas em discussão, o projeto derrotado do Deputado Federal Beto Faro (PT-PA), relator da subcomissão, propunha limites para a compra de terras pelos capitais estrangeiros, semelhante aos da Lei 5709/71, a reestruturação do sistema de registro dos Cartórios e o recadastramento completo das propriedades junto ao INCRA, bem como a classificação e jurisdição de “empresas estrangeiras” para as empresas brasileiras com capital majoritariamente estrangeiro. Derrotada a proposta do relator, o presidente da subcomissão, deputado Homero Pereira (PR-MT) aprovou a sua proposta em 22/05/2010. Nela, o deputado altera os limites para a venda de terras para pessoa física ou jurídica estrangeira, que podem comprar até $\frac{1}{4}$ da área de um município; as empresas controladas por capital estrangeiro recuperam os privilégios das empresas de capital nacional; entretanto proíbe a venda para ONG's, Fundos Soberanos e arrendamentos, numa proposta muito mais liberalizante do que a anterior.

Considerações finais

A aquisição de terras pela China em âmbito mundial tende a gerar impactos nos países alvo dessa estratégia, ao mesmo tempo em que parece se constituir na ponta do iceberg, que articula um componente de uma possível estratégia chinesa de desenvolvimento bem como a busca pelo capital internacionalizado de espaços de valorização.

A conjunção desses dois processos complexos imbrica de maneira ainda mais complicada a aquisição de terras e capital fictício, por um lado, capturando a economia chinesa para essa lógica, e, por outro lado, indicando uma tentativa da China de apropriar-se da mesma visando responder aos seus desafios internos de desenvolvimento.

As dificuldades na elucidação da natureza dessas operações de aquisição de terra são agravadas pela difusão internacional de um emaranhado de transações especulativas e de operações de hedge, envolvendo um grande número de agências públicas de financiamento, fundos de pensão, seguradoras, fundos de participação públicos e privados, os quais atuam na maioria das fusões e aquisições de empresas, bem como na abertura de novos empreendimentos transnacionais. Resultantes de negócios de alto risco, novas *joint ventures* vão sendo constituídas pelos chamados players, num movimento agressivo de entradas e saídas, cujo *modus operandi* seguia pela oportunidade de retornos imediatos nos chamados *seed capital*, *venture capital* e *private equity*.

Diante de tal quadro não parece trivial compreender o que representa essa atuação da China no plano mundial bem como seus impactos nos países que atinge. Num montante significativo os registros formais confundem meras aplicações especulativas com novos investimentos e, mesmo quando as operações de compra de ativos reais ficam mais explícitas, não é fácil distinguir as estratégias de longo prazo, no controle de mercados e de fontes de riquezas naturais (minerais, água potável, etc.), das simples táticas de proteção, especialmente quando se trata de aquisição de grandes extensões de terras, por exemplo.

De qualquer maneira, sob o ponto de vista do desenvolvimento chinês, existem fortes indícios de que esse movimento de compra de terras e os investimentos que dele se desdobram são componentes de sua estratégia de longo prazo. A eficiência dessa atuação voltada para a garantia de abastecimento interno de matérias primas e alimentos está ainda por se comprovar, posto requerer a quebra do monopólio e das estratégias de produção e tecnológicas, cujo controle tem sido exercido há décadas pela tríade formada pelos EUA, pelas potências europeias e pelo Japão.

Trata-se de fato de uma árdua tarefa essa de procurar entender e projetar cenários para a China na atualidade. As teses taxativas, que procuram colocar a economia chinesa como tábua de salvação na atual etapa do naufrágio neoliberal, ainda não deram conta da complexidade dos desafios colocados para explicitar o papel decisivo da economia chinesa, com suas relações híbridas, frente ao sistema capitalista mundial.

Aprofundar teoricamente o debate sobre o papel da China em âmbito mundial significa adentrar às especificidades de sua dinâmica econômica e política e ao mesmo tempo apontar os possíveis impactos que a mesma gera neste cenário. Isto significa avaliar as suas reais condições de assumir um papel de potência mundial mais soberana; e, estreitamente associada a esta última dimensão, o seu potencial de liderança na construção de um novo padrão de acumulação, no campo produtivo e financeiro, capaz ou não de superar de maneira estrutural a atual crise capitalista mundial.

Referências

- ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO. Parecer nº LA-01 [sobre a aquisição de terras por estrangeiros]. Agosto de 2010. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/aquisicao-de-terras-por-estrangeiros>. Acesso em: 25 Abril 2012.
- AGÊNCIA CÂMARA. *Subcomissão vai tentar superar impasse sobre venda de terras a estrangeiros*. 11 de Janeiro de 2012(a). Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/AGROPECUARIA/207556-SUBCOMISSAO-VAI-TENTAR-SUPERAR-IMPASSE-SOBRE-VENDA-DE-TERRAS-A-ESTRANGEIROS.html>. Acesso em: 26 Abril 2012.
- AGÊNCIA CÂMARA. *Relatório da SUBESTRA*. 23/05/2012(b). Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/RELACOES-EXTERIORES/418203-SUBCOMISSAO-APROVA-PROIBICAO-DE-COMPRA-DE-TERRA-POR-ONGS-ESTRANGEIRAS.html>. Acesso em 31/05/2012.
- AMIN, Samir. *Theorie et pratique do projet chinois de "socialisme de marché"*. In: Centre Tricontinental. *Socialisme et Marché: Chine Vietnam, Cuba*. Paris: L'Harmattan, 2001, p.53-90.
- AMIN, Samir. 50 Anos após Bandung – Por uma renovação da solidariedade entre os povos do Sul?. Entrevista de Rémy Herrera. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, no. 17, dezembro 2005, p. 112-144.
- A INVASÃO CHINESA. *Revista Época Negócios*. n. 62. São Paulo: Editora Globo. Abr./2012.
- ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: Origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. Investimentos chineses no Brasil: uma nova fase da relação Brasil-China, Maio de 2011. Disponível em: www.cebc.org.br. Acesso em: 27 Março 2012.
- GRAIN. *Pension funds: key players in the global farmland grab*, Junho de 2011(a). Disponível em: www.grain.org/article/entries/4287-pension-funds-key-players-in-the-global-farmland-grab. Acesso em: 30 Maio 2012.
- GRAIN. *Superficie de tierras de cultivo acaparadas para La producción de alimentos por intereses extranjeros: Cuánta tierra agrícola há sido vendida o alquilada?*, Dezembro de 2011(b). Disponível em: www.grain.org/es/article/entries/4481-grain-publica-conjunto-de-datos-con-mas-de-400-acaparamientos-de-tierra-agricolas-a-nivel-mundial. Acesso em: 18 Abril 2012.
- GRAIN. *L'accaparement des terres et la crise alimentaire mondiale*. 16 dezembro 2011(c). Disponível em: <http://www.grain.org/fr/article/entries/4166-l-accaparement-des-terres-et-la-crise-alimentaire-mondial>. Acesso em 18 Abril 2012.
- GRAIN. *Acaparamientos de tierra - enero 2012*: Sheet. 26 Março 2012. Disponível em: www.grain.org/es/article/entries/4481-grain-publica-conjunto-de-datos-con-mas-de-400-acaparamientos-de-tierra-agricolas-a-nivel-mundial. Acesso em; 18 Abril 2012.
- HACKBART, Rolf. *Aquisição de Imóveis Rurais por Estrangeiros*. Março de 2008. Disponível em: http://www.senado.gov.br/sf/comissoes/cma/ap/AP_20080305_INCRA_InvestimentosEstrangeiros.pdf. Acesso em 26 Abril 2012.
- HART-LANDSBERG, Martin and BURKETT, Paul. *China and Socialism. Market reforms and class struggle*. New York: Monthly Review, 2005.
- CENTRE TRICONTINENTAL. *Socialisme et Marché: Chine Vietnam, Cuba*. Paris: L'Harmattan, 2001.
- ESTADÃO. Grupo chinês vai investir R\$ 4 bi em processamento de soja na Bahia. 18 de março de 2011. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economiagrupochinesvaiinvestir-r-4-bi-em-processamento-de-soja-na-bahia592100.htm>. Acesso em 18 de abril de 2012.
- FAO, 2012. Disponível em: <http://www.fao.org/news/story/es/item/142587/icode/>. Acesso em 31/05/2012.
- INÁCIO, Alexandre. Chineses anunciam investimento de R\$ 4 bilhões no oeste da Bahia. *Jornal Valor Econômico*, 21 de Março de 2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/878195/chineses-anunciam-investimento-de-r-4-bilhoes-no-oeste-da-bahia>. Acesso em: 8 Maio 2012.
- _____. Planos da China de investir no cerrado nordestino começam a virar. *Jornal Valor Econômico*, 27 de Maio de 2010. Disponível em: <http://www.valor.com.br/arquivo/826835/planos-da-china-de-investir-no-cerrado-nordestino-comecam- virar-realidade>. Acesso em: 8 Maio 2012.
- JABBOUR, Elias Marco Kalil. *Projeto Nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado na China de hoje*. Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Tese de Doutorado, 2010.

- LANGALLIER, Pierre. Terras agrícolas são um acordo virtuoso entre Brasil e China. *Le Monde*, 10 de junho de 2011. Traduzido e disponível em: <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/o-acordo-agricola-entre-china-e-o-estado-de-goias>. Acesso em: 8 Maio 2012.
- MACDONALD, Scott. The Game of Soybeans: Emerging Supply from South America. *KWR SpecialReport*, Nova York, 9 de Março de 2012. Disponível em: <http://www.kwrintl.com/library/2012/soybeans.html>. Acesso em: 07 Maio 2012.
- MARTI, Michael E. *A China de Deng Xiaoping*. O homem que pôs a China na cena do século XXI. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- OLAM. *Olam International to invest US\$ 240 mi in first sugar millingsst in Brazil*. 2012. Disponível em: <http://olamonline.com/olam-international-to-invest-us240m-in-first-sugar-milling-asset-in-brazil>. Acesso em: 31/05/2012.
- OLIVEIRA, Arioaldo. A Questão da Aquisição de Terras por Estrangeiros no Brasil: um retorno aos dossiês. *Agrária* [online], São Paulo, v. 12, p. 3-113, 2010. Disponível em: http://www.geografia.ufflch.usp.br/revistaagraria/revistas/12/2Oliveira_AU.pdf. Acesso em: 25 Abril 2012.
- POMAR, Wladimir. *China: desfazendo mitos*. São Paulo: Publisher Brasil, 2009. 328 p.
- _____. *O enigma Chinês*. Capitalismo ou Socialismo. São Paulo: Alfa-Omega, 1987.
- PINTO, Eduardo C.: O eixo sino-americano e as transformações no sistema mundial: tensões e complementaridades comerciais, produtivas e financeiras. In: LEÃO, Rodrigo P. F., PINTO, Eduardo C., ACIOLY, Luciana (org.). *A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos*. Brasília: IPEA, 2011. p. 19-78.
- SPENCE, Jonathan D. *Em busca da China Moderna*. Quatro séculos de história. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 11.
- TIEJUN, Wen et alii. *China's Real Experience*. China's Course of Industrialization: Eight Crisis and Subsequent soft landing in 60 Years. 2011. Mimeo.
- XIAOPING, Deng. To uphold socialism we must eliminate poverty. 1987. Disponível em: http://www.china.org.cn/china/CPC_90_anniversary/2011-07/01/content228993949.htm. Acesso em 29/05/2012.

¹ Os dados do Banco Mundial que utilizamos estão disponíveis em: <http://data.worldbank.org/data-catalog>, WDI & GDF (Excel)-zip. Acesso em 10/04/2012.

² Estimado em dólares constantes do ano 2000, a preços correntes eles seriam de US\$ 193,0 de US\$ 2.115,0 dólares, respectivamente.

³ “A história da China é enormemente longa; com efeito, nenhuma outra sociedade conservou o vigor ou manteve um registro tão meticuloso de seus próprios feitos por um período tão longo – cerca de quatro mil anos – quanto a China.” (SPENCE, 1995, p. 11).

⁴ Em 2000, o PIB per capita da China chegou a US\$ 949,20 dólares, a preços constantes de 2000, e a US\$ 2.425,50 dólares em 2010, conforme os dados do Banco Mundial.

⁵ Alguns exemplos a respeito desse debate sobre a conversão da China ao capitalismo ou sua continuidade na trajetória da construção do comunismo, podem ser vistos em HART-LANDSBERG&BURKETT (2005), CENTRE TRICONTINENTAL (2001), AMIN (2001), MARTI (2007), POMAR (1987 e 2009), JABBOUR (2010).

⁶ ARRIGHI (2008). Uma crítica à essa posição pode ser lida no último capítulo de POMAR (2009).

⁷ Esse crescimento voltado ao exterior foi o resultado das reformas introduzidas devido à crise de 1989/90 em que a taxa de crescimento do PIB caiu de 11,30% para 3,80% entre 1988 e 1990. Para uma interpretação dessa mudança, ver TIEJUN(2011).

⁸ Dados disponíveis na página eletrônica da GRAIN (www.grain.org), coletados em fontes diversas, tais como o Banco Mundial e www.farmlandgrab.org. A GRAIN é uma associação internacional sem fins lucrativos, cujos trabalhos são destinados aos pequenos fazendeiros e movimentos sociais em suas respectivas lutas pelo controle comunitário da terra e por sistemas de alimentação baseados na biodiversidade.

⁹ É o caso do Fundo de Pensão TIAA-CREF (Teachers Insurance and Annuity Association – College Retirement Equities Fund), que gerencia US\$ 426 bilhões em ativos e aplicou US\$ 2,0 bilhões em 400 fazendas. Além deste fundo de pensão americano, os principais fundos internacionais que estão comprando terras pelo mundo são: CalPERS (California Employees Retirement System) com US\$ 231,4 bilhões em ativos e US\$ 50 milhões em terras; Australian Super Funds, com US\$ 1,27 trilhão em ativos e US\$ 490 milhões em terras; APG – Holanda (Administering ABP, The National Civil Pension Fund), com € 240 bilhões em ativos e € 1 bilhão em terras; e o fundo de pensão inglês Insight Management, com US\$ 235 bilhões em ativos e US\$ 1,6 bilhão em terras. Segundo a GRAIN, entre 1992 e 2010 os investimentos do setor financeiro na compra de terras, notadamente dos fundos de pensão, cresceram 635%. (GRAIN, 2011a).

¹⁰ O governo chinês adquiriu ou tentou adquirir terras em várias partes do mundo. Em 2010, fez uma proposta de compra de 400 mil hectares para produção de cereais na Colômbia; no mesmo ano, a Província de Heilongjiang, localizada na fronteira com a Rússia arrendou, 426.667 hectares e a cidade de Mudanjiang, da mesma província, adquiriu 146.667 hectares. Em 2009, havia um processo de compra de 100.000 hectares no Senegal, efetivada via Portugal. Vale destacar que o governo chinês não é o único, governos de vários outros países têm feito o mesmo. (GRAIN, 2012).

¹¹ A Olam International também realizou compras de terras na Uganda (via Suécia), no Uruguai (via Tailândia), no Moçambique (via França) e na Rússia (via Nigéria). A Olam é uma das maiores corretoras mundiais de *commodities* e tem

investindo em fazendas e na agricultura de contrato, particularmente na África e na América Latina, estando presente em 65 países. Possui liderança mundial em vários negócios, tais como cacau, café, caju, madeira, produtos de gergelim, arroz e algodão. Anunciou recentemente um acordo para investir US\$ 240 milhões na aquisição da Usina Açucareira Passos SA e na melhoria da capacidade e eficiência agrícola e industrial. (OLAM, 2012).

¹² Conglomerado industrial, fundado em 1997, ligado à mineração, ao setor imobiliário, às obras de infraestrutura, ao agronegócio, às aplicações financeiras, à atividade de hotelaria e *resorts* e manutenção de casas. Tem mais de 40 subsidiárias espalhadas pelo mundo e ativos que chegam a US\$ 2,0 bilhões. (<http://www.pengxin.com.cn/eng/GroupIntro106100104.shtml>).

¹³ COMPLANT – The China National Complete Import and Export Corporation Group, ainda que negocie ações na bolsa de Shenzhen, tem como acionista majoritário a Corporação Estatal de Desenvolvimento e Investimento, o maior conglomerado de investimentos na China, ocupando-se de inúmeros projetos de construções e infraestrutura no exterior e de vários projetos agrícolas. (<http://www.complant.com/ejituan3.htm>).

¹⁴ Esta compra ainda está em processo e envolve 200.000 hectares para a plantação de soja e algodão (<http://www.grain.org/article/entries/4479-grain-releases-data-set-with-over-400-global-land-grabs>).

¹⁵ A Conferência de Bandung, Indonésia, ocorreu em 1955, com a participação de representantes de vinte e nove estados asiáticos e africanos e deu origem ao grupo dos países não alinhados. Para mais detalhes ver: AMIN, 2005.

¹⁶ Em consonância com o que haviam definido em Bandung, os chineses continuam com uma retórica anti-imperialista no continente africano, a partir destas supostas cooperações, visando distinguir-se da estratégia colonialista típica dos séculos XIX e XX.

¹⁷ Tais como Beidahuang, China Green, China Light Industrial, Chongqing Grain Group, Chongqing Seed Corp., The China National Complete Import and Export Corporation Group (COMPLANT), Datong Trading Enterprise, Hebei Company, Heilongjiang Province (governo provincial), ZTE Energy, Tianjin State Farms Agrobusiness Group Company, Shanghai Construction Investment, Shaanxi Kingbull Livestock Co., Pengxin Group, Hubei SFAC, Hunan Dafengyuan, IKO (subsidiária Shanxi State Farm) e Liu Jianjun (ex-funcionário do governo chinês e atual magnata).

¹⁸ Em apenas uma operação a Terra Firma Capital, da Inglaterra, adquiriu 90% do capital da Consolidated Pastoral Company, via Emirados, que lhe deu controle de 2,6 milhões de hectares em Queensland, Austrália. Logo depois adquiriu mais 600.000 hectares. A brasileira JBS adquiriu, via Arábia Saudita, a Swift, Food & Co. que lhe deu o controle de 10 frigoríficos e 5 lotes de engorda (GRAIN, 2012).

¹⁹ Terra agrícola aqui se refere à terra cultivável, cultivos permanentes, pastos e pastagens permanentes. Estes números baseiam-se em quantificações feitas pela FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations) em 2009.

²⁰ As compras de terras por estrangeiros deixaram de ser registradas entre 2008 e 2010, por razões que veremos adiante.

²¹ Essa região de cerrado, chamada de Mapito, é objeto de cobiça de investidores internacionais, “estão de olho em 20 milhões de hectares disponíveis para a agricultura, que estão fora do bioma amazônico e não são áreas de pastagem. Desse total, a estimativa é que pelo menos 4 milhões de hectares sejam divididos por 15 grandes grupos [...]. Levantamento feito pelo **Valor** mostra que essas empresas já possuem pelo menos 2 milhões de hectares, a maior parte deles no Mapito e no oeste baiano, mas também em terras em Mato Grosso. (INÁCIO, 2010)”.

²² O Conselho Empresarial Brasil-China em seu relatório Investimentos Chineses no Brasil, p. 09, anuncia, parece que equivocadamente, um montante de US\$ 4,0 bilhões (CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA, 2011, p. 9). Para MacDonald (2012) o montante foi de US\$ 2,5 bilhões, que é compatível com os R\$ 4,0 bilhões.